

ESCOLA DE EQUITAÇÃO DO EXERCÍTO

**DO REGIMENTO REGULAR DE CAVALARIA DE MINAS AO
REGIMENTO DE CAVALARIA ALFERES TIRADENTES: ANÁLISE
HISTÓRICA E CONTEXTUAL**

Thiago França Rosa

RIO DE JANEIRO

2018

Thiago França Rosa

**DO REGIMENTO REGULAR DE CAVALARIA DE MINAS AO
REGIMENTO DE CAVALARIA ALFERES TIRADENTES: ANÁLISE HISTÓRICA E
CONTEXTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Equitação do Exército, como parte
dos requisitos para a obtenção do Grau de
Especialização em Equitação, pós-graduação
universitária lato sensu.

RIO DE JANEIRO

2018

Thiago França Rosa

**DO REGIMENTO REGULAR DE CAVALARIA DE MINAS AO
REGIMENTO DE CAVALARIA ALFERES TIRADENTES: ANÁLISE HISTÓRICA E
CONTEXTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Equitação do Exército, como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Especialização em Equitação, pós-graduação universitária lato sensu.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO AVALIADORA

Matheus Sêda Camilo, 1º Ten Cav – Orientador

McLelland Mozart Diniz Soares, Cap Cav

Eric Blás Ramirez, 1º Ten Cav

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças, à minha família por ter compreendido minha ausência, à minha dileta e amada esposa por sempre estar ao meu lado, ao comando do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes pela confiança e apoio, ao meu grande amigo Cabo Charles por ter encarado comigo esta jornada, aos amigos do RCAT, em especial ao Corcel Alpha por ter me ensinado muito ao longo dos anos, ao Exército Brasileiro, à Escola de Equitação do Exército a qual levarei para sempre comigo, aos instrutores, aos meus grandes amigos e irmãos de jornada, os quais ombreamos, lado a lado, na labuta diária em busca da tão sonhada espora dourada, em especial, ao nobre amigo o CAVALO (Em especial União, Ventania, Zafir e Aroeira) por tudo que representa para mim, por tudo que me ensina e por ser o motivo de tantas glórias e alegrias.

RESUMO

Em 243 anos de história, o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes carrega consigo um legado histórico, cultural de extrema importância. Através de uma análise histórica, pode-se observar aspectos formadores da milícia de Minas que vem desde a fundação e repercutem nos dias atuais. Desde do início da aplicação de forças estatais no serviço de *gendarmarie*, ou seja, de policiamento ostensivo, o Regimento Mineiro, nascido como Regimento Regular de Cavalaria de Minas, vem patrulhando, com sua tropa hipomóvel, as ruas do estado mineiro, garantindo o império das leis. No decorrer dos anos, o trabalho vem se modernizando e adaptando-se às necessidades institucionais, contribuindo para um território mais seguro, onde as pessoas possam usufruir dos seus direitos sentindo-se protegidas.

Palavras-chave: Policiamento Montado - Regimento de Cavalaria - Hipomóvel, Polícia Militar de Minas Gerais - Policiamento Ostensivo – Cavalo – Regimento Regular de Cavalaria de Minas – Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes.

ABSTRACT

In 243 years of history, the Alferes Tiradentes Cavalry Regiment carries with it a historical and cultural legacy of extreme importance. Through a historical analysis, one can observe formative aspects of the militia of Minas that comes from the foundation and revercutem in the present days. From the beginning of the application of state forces in the gendarmerie service, in other words, of ostensive policing, the Mineiro Regiment, born as Regular Regiment of Cavalry of Minas has been patrolling the streets of the state of Minas Gerais, with its horse-drawn troops, guaranteeing the empire of laws. Over the years, work has been modernizing and adapting to institutional needs, contributing to a safer territory where people can enjoy their rights by feeling protected.

Key-Words: Policing Mounted - Cavalry Regiment - Horse-drawn, Military Police of Minas Gerais - Ostensive Police - Horse - Regular Regiment of Cavalry of Minas - Regiment of Cavalry Alferes Tiradentes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE- Batalhão de Operações Especiais

BPCHQ -Batalhão de Policiamento de Choque

BPGD- Batalhão de Policiamento de Guardas

CERCAT - Centro de Equoterapia do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes

CG -Comando Geral

Cia PM Ind P Cães - Companhia Independente de Policiamento com Cães

CPE - Comando de Policiamento Especializado

D. - DOM

Nº- Número

PMMG - Policia Militar de Minas Gerais

RCAT - Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes

RCG- Regimento de Cavalaria de Guardas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

ROTAM - Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas

RRCM- Regimento Regular de Cavalaria de Minas

Ten Cel - Tenente Coronel

UEOP - Unidades de Execução Operacional

Sumário

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	12
2.1 A CRIAÇÃO DO REGIMENTO REGULAR DE CAVALARIA DE MINAS	14
2.1.1 OS INCONFIDENTES DO RCCM	19
2.1.2 HONRARIAS E MEMÓRIA DOS INCONFIDENTES	20
2.2 O RCCM NO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL E REPUBLICANO	21
3. A MISSÃO DO RCAT: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26
3.1. LEGISLAÇÃO	26
3.2. O EMPREGO DO CAVALO NO POLICIAMENTO MONTADO CONTEMPORÂNEO	34
3.3. PORTFÓLIO DE SERVIÇOS	40
3.4. POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL MONTADO	40
3.5. EMPREGO DO CAVALO EM ATIVIDADES DE CONTROLE DE DISTÚRBO E RESTAURAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	41
3.6. POLICIAMENTO EM PRAÇAS DESPORTIVAS E GRANDES EVENTOS	42
3.7. CERIMONIAL MILITAR.....	43
3.8. CENTRO DE EQUOTERAPIA DO REGIMENTO DE CAVALARIA ALFERES TIRADENTES	43
3.9. PROJETO SELANDO O FUTURO.....	44
3.10.CURSO DE POLICIAMENTO MONTADO	45
11. ESPORTES EQUESTRES	45
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	47

LISTA DE TABELAS, MAPAS, FOTOGRAFIAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS

Figuras

Figura 1 - Placa de criação do quartel do RCCM	15
Figura 2 - Placa de criação do quartel do RCCM	15
Figura 3 - Fachada do Antigo RCCM	16
Figura 4 - Organização em ordem hierárquica do RRCM 1775.	17
Figura 5 - Dragões da Inconfidência	20
Figura 6 - Tropa Hipomóvel formada em Belo Horizonte 1913.....	23
Figura 7 - Hipomóvel atuando em Belo Horizonte.....	24
Figura 8 - Cortejo formado pelo rei Alberto I da Bélgica e autoridades brasileiras atravessando a avenida Afonso Pena com destino ao Palácio da Liberdade.	24
Figura 9 - Escolta do Governador do Estado de Minas Gerais Benedito Valadares, 1933..	24
Figura 10 - Ala de Dragões da Inconfidência no funeral de Tancredo Neves em 1985..	25
Figura 11 - Policiamento Montado em Nova York- NYPD Mounted Unit On Fifth Avenue..	35
Figura 12 - Policiamento Montado em Belo Horizonte..	36
Figura 13 - Policiamento Montado, Carnaval, Ouro Preto.....	38
Figura 14 - Policiamento Montado Pedreira Padre Lopes, Belo Horizonte.	38
Figura 15 - Ala de Dragões da Inconfidência.....	43
Figura 16 -- Equoterapia CERCAT.	44

Gráficos

Gráfico 1 - Quantidade de operações no ano de 2015. (PMMG,2015)	41
---	----

Tabelas

Tabela 1 - Composição do Estado-Maior do RRCM.....	17
Tabela 2 - Nome e a distribuição dos primeiros oficiais do Regimento, com a data de	

assentamento de praça..... 18

Quadros

Quadro 1- Uso Diferenciado da Força..... 33

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho será uma análise histórica e conjectural do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, da Polícia Militar de Minas Gerais, desde a sua fundação em 1775, no distrito de Cachoeira do Campo, até os dias atuais, hoje sediado no bairro Prado em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O Regimento Regular de Cavalaria de Minas, atual Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes é a célula embrionária da Polícia Militar de Minas Gerais, fundado em 09 de junho do ano de 1775, data da criação da PMMG. Portanto o RCAT, é uma unidade de extrema importância para o cumprimento da missão institucional: fazer segurança pública, através do patrulhamento ostensivo, com foco na prevenção criminal, ainda, zelando pela ordem pública, pois o policiamento montado traduz muito bem essa missão devido à presença marcante e imponente do cavalo que leva a sociedade a vislumbrar objetivamente a presença policial nas ruas, contribuindo para o aumento da sensação de segurança subjetiva das pessoas.

Considerado esses aspectos e sua importância estratégica organizacional, o RCAT é parte viva da história, carrega consigo as tradições e o culto ao passado, mantendo ativa a memória viva dos heróis da milícia de Tiradentes.

Diante desse prospecto, esse trabalho buscará, através de elementos históricos, legais e operacionais a trajetória desse regimento hipomóvel, despertando e sensibilizando o interesse do público interno da PMMG, da sociedade mineira e brasileira, bem como dos outros níveis de governança. Também, buscará demonstrar a importância do passado, da fundação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, seus antecedentes que culminaram em sua criação, como parte importante construção do presente da instituição policial militar de Minas Gerais, bem como a sua paulatina atividade diária no cotidiano, contribuindo para a construção de uma sociedade pacífica e ordeira.

Neste trabalho serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, através de livros, artigos, reportagens e levantamentos estatísticos. de documentos históricos, legislação vigente e documentos institucionais. O levantamento destes documentos possibilitará essa passagem ao longo dos 243 anos de existência do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A história da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) confunde-se em muito com a própria formação de Minas Gerais, encontra-se arraigada aos acontecimentos que levaram ao estado contemporâneo. Portanto, a instituição PMMG ganha uma dimensão maior que apenas os deveres e missões estipuladas pela Carta Magna de 1988: perpassa pela formação cultural e a identidade do povo mineiro.

Vários foram os acontecimentos que marcaram a história de Minas Gerais e a PMMG esteve presente em vários desses momentos. A instituição bisseccular remonta ao século XVIII, período de grande importância para o então Brasil colônia e para Coroa Portuguesa, pois este período marca o chamado “auge do ciclo do ouro, à época, a principal atividade econômica da maior colônia portuguesa. Como essas jazidas se encontravam principalmente nos atuais estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, e devido a importância econômica da atividade minerária para Portugal, a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, com intuito de aumentar e facilitar a fiscalização e controle da extração mineral:

As grandes jazidas de ouro foram descobertas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde foram divididas em forma de lavras (lotes auríferos para exploração, a exemplo das sesmarias latifundiárias de monocultura).

(...)

Com o advento da exploração aurífera, esta atividade passou a ser a mais lucrativa na colônia, o que acarretou a transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, de modo a assegurar a fiscalização das regiões de mineração que se acercavam. (Toda Matéria, 2018)

Com a intensificação da atividade minerária, ocorre a vinda de um grande fluxo de pessoas que se instalaram nesses locais estimulados por aquela efervescente atividade econômica com alto valor agregado. Destacam-se homens com muitas posses e riquezas, comerciantes e mercadores, possibilitando a formação de elites altamente intelectualizadas e politizadas à época:

Durante o auge deste ciclo, no século XVIII, foi gerado um grande fluxo de pessoas e mercadorias nas regiões citadas, desenvolvendo-as intelectual (chegada de ideias iluministas trazidas pela elite recém intelectualizada) e economicamente (produção alimentar para subsistência e pequenas manufaturas). (Toda Matéria, 2018)

Neste contexto, nasce a cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto, que em

pouco tempo passa ser a capital de Minas Gerais. Vila Rica foi marcada pelo vertiginoso crescimento da infraestrutura e da população graças à riqueza gerada pelo ouro. Tudo isso pode ser visto atualmente graças à conservação do acervo arquitetônico da cidade de Ouro Preto, como as igrejas em estilo barroco rococó com peças sacras bem trabalhadas e ornamentos em ouro. Portanto, Vila Rica mantinha um padrão altamente elevado e era o coração econômico do Brasil Colônia:

Em pouco tempo, Vila Rica cresceu enormemente e, em 1723, já havia se tornado a capital da província. Por volta da metade do século XVIII, haveria de se transformar na maior cidade brasileira e o principal centro econômico da América portuguesa. Os homens mais ricos da colônia faziam da cidade o local de suas residências, bem como os mais destacados intelectuais. Existiam muitas construções de dois andares, as ruas centrais eram pavimentadas com pedras, ao contrário da maior parte das cidades do Brasil, e as igrejas apresentavam altares revestidos com ouro. (Martino, 2014. p. 12)

O sonho de enriquecer fez com que, além de brasileiros natos, portugueses e estrangeiros (Martino, 2014) viessem “aos montes”, chegando ao ponto da Coroa Portuguesa permitir a vinda daqueles que somente ocupariam cargos oficiais. No entanto, a medida de contenção não fora suficiente. Essa conjunção de fatores (aumento populacional, circulação de bens e riquezas), trouxe uma gama de problemas sociais, dentre os quais problemas com roubos, saques, pilhagens no caminho que o “ouro percorria” da extração nas Minas Gerais à chegada ao Rio de Janeiro.

Todo mundo sabia que o ouro seguia para o Rio de Janeiro, vindo da região das minas, em comboios bastante inseguros e por caminhos horrorosos (...). (Martino, 2014, p. 10)

Além da insegurança no transporte, a desordem social também se instalou no novo centro econômico. Apesar da grande produção de ouro, muitas vezes faltava o básico para subsistência, acirrando o ânimo das pessoas:

O desespero chegou a tal ponto, que algumas pessoas mataram seus próprios companheiros por causa de uma cuia de farinha. (Martino, 2014, p.12)

Eis que surge a premente necessidade da manutenção da Ordem Pública e da garantia da segurança do traslado das riquezas oriundas das Minas Gerais, conforme diz Cotta:

As Minas dos setecentos foram marcadas pela extração de ouro e dos

diamantes. Elas financiavam o esforço bélico luso-brasileiro de defesa do sul e da sede do vicereinado, no Rio de Janeiro. Portanto, constituía uma questão estratégica que o Coração da América Portuguesa continuasse a bombear o sangue dourado. Para tanto, era primordial a busca pela ordem, harmonia e estabilidade no território mineiro. (Cotta, 2006, p.85)

Devido essa à necessidade foram enviados no ano de 1719 a pedido do Conde de Assumar, de Portugal a tropa de Dragões Del Rey, conforme afirma Cotta, esse corpo de Dragões formado por dois capitães e setenta soldados e tinham a missão precípua a guarda do governo, escoltas, além do patrulhamento com fulcro no controle do ouro, garantindo que este chegasse ao seu destino final, conforme Cotta, 2006: “... a prioridade de atuação dos Dragões de Minas não seriam o enfrentamento ao inimigo externo e as evoluções militares, mas sim o controle, a vigilância e a fiscalização”. Eis que se visualiza a atividade de cunho policial, cabendo a essa tropa a realização de patrulhamento ostensivo, garantia e manutenção da Ordem Pública, além do exercício e garantia do exercício dos Poderes Administrativos à época, como Poder de Polícia.

No entanto, pesou o fato desses militares serem todos oriundos de Portugal, sem quaisquer vínculos com Minas Gerais, juntamente com o alto custo financeiro para mantê-los. Pagava-se quatro vezes mais do que o valor recebido em Portugal, devido ao receio de deserção por parte dos Dragões, devido ao fato da efervescência da extração do ouro, podendo leva-los a se aventurar no garimpo do mineral, deixando a Companhia de Dragões, conforme afirma Cotta, 2006. Todos esses fatores, como dificuldade de adaptação, alto custo, insegurança e falta de confiança da tropa vinda de Portugal, foram determinantes, para que houvesse uma mobilização política, revendo a estratégia utilizada, surgindo a ideia de uma tropa com laços com o território mineiro, sendo então criado no de 1775 do Regimento Regular de Cavalaria de Minas.

2.1 A criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas

Vários fatores foram preponderantes para criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, dentre os quais se destacam a necessidade constante do controle e fiscalização e manutenção da Ordem Pública. Sob a nova égide administrativa, ora vigente, através de uma ótica de gestão dos recursos e efetividade do serviço deste corpo militar, a criação do RRMC foi um marco significativo e trouxe consigo o gérmen da atividade de cunho policial (gendarmeria) no Brasil, dotando este

corpo, tão logo, de uma especialização em suas atividades rotineiras. Pode-se, então, elencar alguns fatores que culminaram na criação do RRCM, conforme explica Cotta, 2006:

- Custo elevado na manutenção das três Companhias de Dragões;
- Dificuldade de adaptação dos portugueses;
- Participação das comunidades locais;
- Laços dos oficiais do RRCM com as Minas Gerais.

Outro fator crucial foi o vínculo com a terra e a participação das comunidades de forma efetiva neste processo, tornando a adaptação mais fácil, dessa forma, não há mais o risco tão acentuado da deserção, além de permitir a diminuição dos valores pagos aos militares:

A institucionalização do RRCM foi permeada por questões de racionalização administrativa e financeira. O orçamento destinado a cobrir os gastos com as três companhias de Dragões que existiam nas Minas desde 1719 deveria ser suficiente para arcar com as despesas das oito companhias do novo regimento. (Cotta, 2006, p. 87)

Diante da criação RRCM, em 1772, a mando de D. Antônio de Noronha teve início a construção do quartel do Regimento, situado em Cachoeira do Campo, distrito da atual Ouro Preto:



Figura 1 - Placa de criação do quartel do RRCM (Sumidoiro, 2014)

O local escolhido estrategicamente fica à 18 KM de Ouro Preto, facilitando a operacionalização e articulação das manobras e operações realizadas pelos militares do Regimento.

O quartel fora inaugurado no ano de 1775, ano que marca o funcionamento

do RRCM. As instalações do RRCM, mais tarde abrigaram a Coudelaria Imperial, no ano de 1819, sendo responsável pelo início da criação de algumas raças equinas encontradas no Brasil:

Em 1772, o general d. Antônio de Noronha, capitão-geral da Capitania das Minas Gerais mandou construir, em Cachoeira do Campo, um quartel para abrigar o Regimento Regular de Cavalaria, que acabara de ser criado e de cujo efetivo participou o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O agrupamento foi a célula mater da Polícia Militar de Minas Gerais. (No ano de 1816, decidiu-se adaptar a edificação para ali instalar a coudelaria imperial e que foi inaugurada em 29.07.1819. Aquele foi o maior centro de criação de cavalos de raça da província, laboratório para a gênese de algumas das raças equinas mais famosas do Brasil. (Sumidoiro, 2014).

Funcionaram também ali, o Colégio Dom Bosco, de 1897 a 1997, atualmente um centro de convenções, o Centro Dom Bosco. As edificações encontram-se bem preservadas e, desde de 2014, foi tombada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, devido à sua importância história e cultural. A fachada conta com um brasão esculpido por Aleijadinho em 1779.



Figura 2 - Fachada do Antigo RRCM, (OURO PRETO WORLD, 2015)

Tendo como mentor e orientador do novo regimento o Conde de Lipe, responsável pelo treinamento e adestramento dos militares, no dia 09 de junho de 1775, o RRCM passou a operar. O Conde de Lippe idealizou o Regimento constituído por 8 Companhias de Dragões, distribuídas entre as comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio. O primeiro Comandante do RRCM seria o Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, jovem comandante de notável capacidade intelectual recebera a missão de pôr em marcha e dar funcionalidade ao novo Regimento. Para tanto, tinha como chefe de Estado Maior o Sargento-mor Pedro

Afonso Galvão de São Martinho, anteriormente Alferes no Regimento de Infantaria de Praça de Campo Maior (Cotta, 2006, p.89). O Sargento-Mor Pedro Afonso foi responsável pelo treinamento dos militares do RRCM. O Estado Maior, organizado pelo Conde de Lippe, era composto por treze militares (Cotta, 2006, p.89) conforme quadro abaixo:

Composição do Estado-Maior do RRCM:

ESTADO-MAIOR	
OFICIAIS	ESPECIALISTAS
1 Sargento Maior	4 Ajudantes do Cirurgião
1 Ajudante, que é tenente	1 Picador
1 Quartel-mestre, também tenente	1 Correeiro ou seleiro
1 Capelão	1 Espingardeiro
1 Auditor	1 Coronheiro
1 Cirurgião	1 Timbaleiro

Tabela 1 LIPPE, Composição do Estado-Maior do RRCM. Conde de, 1764, apud Cotta 2006.

A composição do Regimento era de 474 militares distribuídos nas oito companhias, conforme citar Cotta (2009), em informações extraídas do arquivo público mineiro:



Figura 4 Organização em ordem hierárquica do RRCM 1775, Arquivo Público Mineiro SG. Códice 211, fl. 68v., apud Cotta, 2009, p.5.

A tabela abaixo mostra o nome e a distribuição dos primeiros oficiais do Regimento, com a data de assentamento de praça:

ESTADO-MAIOR	
Posto / Nome	Quando assentou praça
Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada	1º de Julho de 1775
Sargento Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho	1º de Julho de 1775
Quartel Mestre Antônio Dias de Macedo	1º de Julho de 1775
Capelão Mor Manuel Gonçalves Solano	1º de Julho de 1775
Cirurgião Mor José Pereira dos Santos	15 de Outubro de 1775
1ª COMPANHIA	
Primeiro-tenente Jerônimo José Machado	1º de Julho de 1775
Segundo-tenente Maximiliano de Oliveira Leite	1º de Julho de 1775
Alferes Roberto de Mascarenhas Lobo	1º de Julho de 1775
2ª COMPANHIA	
Primeiro-tenente José Luiz Saião	1º de Julho de 1775
Segundo-tenente Antônio Agostinho Lobo Leite	1º de Julho de 1775
Alferes José Antônio de Melo	1º de Julho de 1775
3ª Companhia	
Capitão Francisco Antônio Rebelo	1º de Julho de 1775
Tenente Bernardo Teixeira Alves	1º de Julho de 1775
Alferes Felipe José da Cunha	1º de Julho de 1775
4ª Companhia	
Capitão Luiz Antônio Saião	1º de Julho de 1775
Tenente José de Souza Lobo	1º de Julho de 1775
Alferes Tomás Joaquim de Almeida Trant	1º de Julho de 1775
5ª Companhia	
Capitão Manoel da Silva Brandão	1º de Julho de 1775
Tenente Antônio da Silva Brandão	1º de Julho de 1775
Alferes José da Silva Brandão	1º de Julho de 1775
6ª Companhia	
Capitão Baltazar João Mayrink	1º de Dezembro de 1775
Tenente João Gonçalves de Castro	1º de Dezembro de 1775
Alferes Joaquim José da Silva Xavier	1º de Dezembro de 1775
7ª Companhia	
Capitão José de Vasconcelos Parada e Souza	1º de Dezembro de 1775
Tenente Carlos Caetano Monteiro	1º de Dezembro de 1775
Alferes Simão da Silva Pereira	1º de Dezembro de 1775
8ª Companhia	
Capitão Francisco Antônio de Oliveira Lopes	1º de Janeiro de 1776
Tenente João de Magalhães	1º de Janeiro de 1776
Alferes José da Silva Brum e Ataíde	1º de Julho de 1775

Tabela 2 Nome e a distribuição dos primeiros oficiais do Regimento, com a data de assentamento de praça CARTA de Dom Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776. Arquivo Público Mineiro. SC. 211.fl.s. 86-86v., apud Cotta 2006, p.93.

A organização e a capacidade de operar do recém-criado regimento,

chamou a atenção de várias pessoas importantes, além de contar com a participação da comunidade local, havendo adesão em massa de voluntários que se alistaram para fazer parte das fileiras do RRCM. Além disso, a disciplina tática e a desenvoltura dos militares chamavam atenção. Alinhado à sua finalidade, o regimento cumpria sua função seja na fiscalização e garantia do fluxo mercantil, seja nos diversos patrulhamentos pelos caminhos de Minas ou na garantia e manutenção da Ordem Pública e controle da violência.

2.1.1 Os Inconfidentes do RRCM

A Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira, foi parte marcante do contexto histórico brasileiro e determinante para a formação da identidade cultural brasileira. Trata-se de um capítulo importante do Brasil, pois refere-se aos ideais iluministas que chegavam ao Brasil através de uma elite intelectual. Inspirados pela Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, diante dos descontentamentos com o abandono da Coroa Portuguesa em relação à colônia brasileira, além da excessiva carga de tributos (derramas, dentre outros impostos), intelectuais, militares, clérigos, proletariados, grandes mineradores, uniram-se e clamavam por liberdade (*Libertas Quae Sera Tamen*), Liberdade Ainda que Tardia.

A Inconfidência Mineira tinha por objetivo a independência brasileira, e a instalação de um governo republicano. Porém, após serem delatados, o movimento ruiu e os envolvidos foram acusados e condenados à morte. No entanto, todos eles acabaram sendo exilados, com exceção da pena de morte imposta e executada somente ao Alferes da 6ª Companhia do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Tiradentes foi enforcado e seu corpo dividido em parte e foi espalhado ao longo da estrada real e sua cabeça exposta em Vila Rica, na praça conhecida atualmente como Praça Tiradentes. Considerado herói nacional, Tiradentes é o patrono das polícias militares do Brasil.

Além de Tiradentes outros militares fizeram parte da Inconfidência Mineira, destacando-se o primeiro comandante do RRCM, Ten Cel Francisco de Paula Freire de Andrade. O comandante do RRCM, à época, destacava-se pela sua habilidade, liderança e inteligência, chamando a atenção do vice-rei Marquês do Lavradio:

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada é muito moço, porém tem comandado as companhias que estão debaixo da sua ordem com muito acerto. Ester corpo foi formado de novo, assim de soldados, como de

oficiais, ele os tem disciplinado e instruído nas evoluções militares, que executam sofrivelmente bem, conserva em respeito e obediência aos seus súditos a quem trata ao mesmo tempo com urbanidade. (...). (Lavrado *apud* Cotta 2006, p.99.)

O Ten Cel Francisco de Paula Freire foi condenado ao exílio em Moçambique, sem jamais ter retornado ao Brasil, pois faleceu, após ser autorizado seu retorno em 1808, durante a viagem.

Atualmente, seus restos mortais, após serem repatriados para o Brasil, encontram-se sepultados no Panteão do Inconfidentes, no Museu da Inconfidência, antigo Palácio da Justiça em Ouro Preto.

2.1.1 Honrarias e Memória dos Inconfidentes

O atual Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, RCAT, herdeiro das tradições carrega o nome do herói brasileiro, ademais, os Dragões originários do RRCM, foram denominados Dragões da Inconfidência, e representam a honra e os ideais de liberdade sonhados pelos inconfidentes.



Figura 5 Dragões da Inconfidência, Nepomuceno, 2018.

O dia 21 de abril é instituído feriado nacional em homenagem ao Mártir da Inconfidência Mineira. Neste dia, é realizada a entrega da Medalha da Inconfidência em cerimônia realizada em Ouro Preto, que através de decreto administrativo, no dia 21 de abril volta a ser, simbolicamente, a capital de Minas Gerais. A moeda de 5 centos centras de real é cunhada com a face de Tiradentes.

No dia 10 de maio, dia de comemoração ao dia da Cavalaria, é realizada pelo RCAT a entrega da medalha “Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade”, em homenagem ao inconfidente e primeiro comandante do RRCM, a

militares e personalidades que se destacaram em apoio ao Regimento.

2.2 O RRCM no período Colonial e Imperial e Republicano

Em 1808, após a invasão de tropas de Napoleão Bonaparte da França ao Reino Português, a Família Real Portuguesa estabeleceu-se no Brasil, tornando o Rio de Janeiro a primeira capital europeia fora do continente europeu. Para acolher a família real a cidade do Rio de Janeiro sofreu grandes transformações e modificações. As transformações implementadas por D. João VI trouxeram legados importantes ao Brasil, através da criação de vários órgãos, que existem e operam até os dias atuais. Dentre as principais criações podemos citar o Banco do Brasil, os Correios, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte em 1809, que marca a criação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, dentre várias outras.

Referente ao RRCM, algumas alterações importantes foram feitas por D. João VI. Ainda em 1808, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, passou a se denominar Regimento de Cavalaria de Linhas de Minas Gerais, ou Regimento de Cavalaria de Linha de Vila Rica. Além disso, nesse mesmo ano, foi criado o Primeiro Regimento de Calaria de Guardas (1º RCG). Para a criação do 1º RCG foram utilizados um Esquadrão de Cavalaria de Guarda dos vice-reis e dois Esquadrões do Regimento Regular de Cavalaria:

Certamente o Regimento Regular de Minas atingiu bom estado de disciplina militar, pois, com a chegada da família real ao Brasil, o Príncipe Regente, em 13 de maio de 1808, ao criar o Primeiro Regimento de Cavalaria, com parada no Rio de Janeiro, utilizou-se de um Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos vice-reis e duas Companhias do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, que ali estavam estacionadas. Enquanto isso, o Regimento de Minas passaria a denominar-se Regimento de Cavalaria de Linha (...). (Cotta, 2003, p.16)

Nos anos seguintes, o RRCM continuou auxiliando na criação de outras unidades hipomóveis, como de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco (PMMG, 2013, p.21). Além disso, houve participação de militares do RRCM em outros episódios como na composição do Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro (PMMG, 2013, p.21), e na declaração da independência do Brasil, oportunidade em que alguns dos integrantes da tropa paga de minas acompanhava D. Pedro I.

Posteriormente, pós independência brasileira, o Regimento de Cavalaria de Linhas de Minas Gerais, passou a se denominar 2º Regimento de Cavalaria de 1ª

Linha, compondo as fileiras do Exército Brasileiro com a nova rearticulação. No ano de 1831, o Regimento foi extinto. Dentro dessa articulação, ainda em 1831, o 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, transferido para Bagé, Rio Grande do Sul, dando origem ao 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, Regimento Osório, atualmente instalado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Portanto, o RCCM foi de significativa importância para a criação do 1º e do 3º Regimentos de Cavalaria de Guarda, unidades de grande importância histórica e operacional do Exército Brasileiro.

Alguns remanescentes constituíram o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, sendo criado em 10 de outubro de 1831. (PMMG, 2013, p. 21).

Portanto, extrai-se que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) teve seu nascedouro do RRCM, sendo este a “célula *mater* da PMMG”. A extinção do Regimento em 1831, oportunizou o início do surgimento da estrutura policial mais próxima da atualidade, havendo várias modificações nas missões, atribuições e nomenclatura desses corpos policiais, adaptando-se às necessidades e ocasiões do momento histórico pelo qual o Brasil passava. Salienta-se, também, que nesse período não havia tropas de cavalaria em Minas Gerais (Cotta, 2006), pois o efetivo da nova força era composta por infantes. Todavia, foi ordenado que se fizesse uma Seção de Cavalaria integrando permanentemente a composição da organização à época.

No período republicano a PMMG sofreu algumas transformações e várias foram as nomenclaturas utilizadas para dar nome a força, até chegar na denominação atual, conforme elencado no Caderno Doutrinário 9 – Policiamento Montado:

1890 - Corpo Militar de Polícia de Minas;

1893 – Brigada de Polícia de Minas;

1914 - Força Pública de Minas;

1940 – Força Policial de Minas;

1946 – Polícia Militar de Minas Gerais;

Devida a importância da atividade equestre, mesmo que interrompida por um breve momento, houve o entendimento da importância da atividade de polícia montada dentro do contexto da época, pelas características inerentes à tropa hipo, e, portanto, rapidamente esta modalidade foi reintroduzida, continuando ativa, moderna, contextualizada até os dias atuais.



Figura 6 Tropa Hipomóvel formada em Belo Horizonte 1913, Fotos Antigas de Belo Horizonte, 2018.

Com a criação da nova capital mineira, em 12 de dezembro de 1897, a sede do governo de Minas Gerais é transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte. A nova capital mineira, que foi planejada pelo engenheiro Arão Reis, sendo a primeira cidade planejada do Brasil recebeu toda a estrutura política-administrativa do estado mineiro. Rapidamente, Belo Horizonte se desenvolveu havendo um aumento populacional significativo. Nesse mesmo período o policiamento montado já exercia suas funções na nova capital, como se verifica na figura 05, uma fotografia de 1913, foto tirada onde atualmente é a sede do 1º BPM (1º Batalhão de Polícia Militar), mais especificamente, atual praça Floriano Peixoto.

Ao longo desses anos de Brasil República, a tropa hipomóvel subordinada a a organização policial mineira passou por vários períodos importantes da história brasileira e mineira. A república resgatou a imagem de Tiradentes, considerando-o um herói da pátria pela sua luta em busca da liberdade brasileira. Logo, também a figura dos Dragões foi resgatada, antes chamados Dragões DelRey, ficaram conhecidos como Dragões da Inconfidência, como forma de deixar viva a memória e o legado dos inconfidentes mineiros. Assim, as atividades se desenvolviam, seja em patrulhas preventivas, escolta de autoridades ou cerimonial militar. Além de sua atuação de cunho policial militar, o grupamento subordinado a força policial mineira (que sofreu variações na nomenclatura ao longo dos anos até chegar no nome atual), foi o responsável por guardar e manter vivas a tradições oriundas do nascedouro da Polícia Militar de Minas Gerais em 1775.



Figura 7 - Hipomóvel atuando em Belo Horizonte. (Fotos Antigas de Belo Horizonte, 2018).

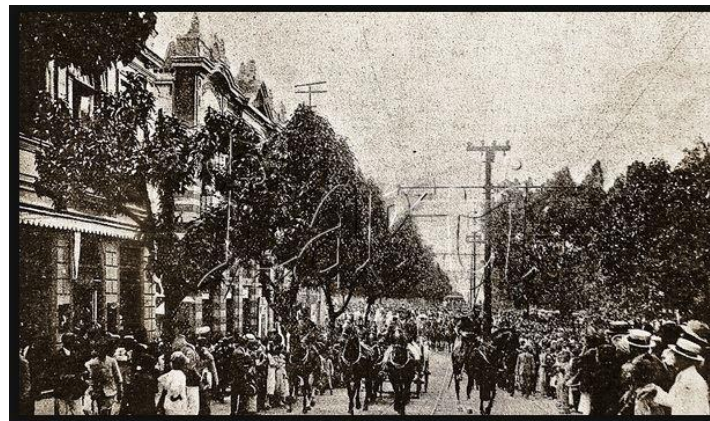


Figura 8 - Cortejo formado pelo rei Alberto I da Bélgica e autoridades brasileiras atravessando a avenida Afonso Pena com destino ao Palácio da Liberdade. (Fotos Antigas de Belo Horizonte, 2018).



Figura 9 - Escolta do Governador do Estado de Minas Gerais Benedito Valadares, 1933. (Fotos Antigas de Belo Horizonte, 2018).



Figura 10 - Ala de Dragões da Inconfidência no funeral de Tancredo Neves em 1985. (Fotos Antigas de Belo Horizonte, 2018).

Através do decreto nº 33.437, de 20 de março de 1992 o Regimento passou a se chamar Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), como forma de homenagear o mártir da Inconfidência Mineira. Atualmente, encontra-se instalado no Bairro Prado, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

3. A MISSÃO DO RCAT: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Segurança Pública, no sistema jurídico brasileiro, é uma atribuição estatal e tem a Constituição da República de 1988, como parâmetro basilar para sua promoção. O constituinte originário dividiu e atribuiu funções e atribuições a diversos órgãos das esferas federal, estaduais e municipais do executivo destes entes federados que juntos carregam o *múnus* constitucional da execução da atividade estatal de Segurança Pública.

Dentro deste arcabouço legal, obedecida a hierarquia da legislação vigente o RCAT engloba-se dentro deste sistema executório prestando serviços relevantes à Ordem Pública e à sociedade.

1. Legislação

O artigo 144 da Constituição da República diz que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (grifo nosso). (Brasil, 1988)

Extraí-se do supracitado artigo o dever do Estado em promover a segurança pública. Para tanto, o legislado constituinte estabeleceu no *caput* do artigo a finalidade da atividade, sendo duas: a preservação da ordem pública, que pode ser definida sinteticamente como o funcionamento normal e regular do corpo social, dentro dos ditames legais; e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, que também pode ser resumida como a proteção do Estado e da sociedade (considerando que a Segurança Pública também é responsabilidade de todos), mantendo seguras as pessoas e também o patrimônio, seja público ou privado.

O inciso V traz como um dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública as Polícias Militares. O parágrafo 5º do mesmo artigo define, de forma sumária, as

funções e atribuições das polícias militares:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (Brasil, 1988)

Às polícias militares cabe a execução do policiamento ostensivo em suas diversas modalidades com objetivos primariamente preventivos, agindo também, repressivamente nos casos em que ocorre um delito e na manutenção da Ordem Pública, em situações nas quais há a necessidade da intervenção policial para volta de normalidade do funcionamento social.

O artigo 6º do artigo 144 norteia a organização e a subordinação das policias militares:

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Brasil, 1988)

A organização constitucional prevê que as policias militares são forças auxiliares e reserva do Exército, no entanto, subordinam-se diretamente aos governadores dos Estados e Distrito Federal (considerando que atualmente não há nenhum território.

A Constituição Estadual de Minas Gerais, dentro dos limites da competência estadual, em consonância à Carta Magna, observado o princípio da simetria, diz o seguinte em seu artigo 136-A:

Art. 136 – A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia Civil;

II – Polícia Militar;

III – Corpo de Bombeiros Militar.

(Inciso acrescentado pelo art. 7º da Emenda à Constituição nº 39, de 2/6/1999.)

(Vide art. 8º da Lei Complementar nº 115, de 5/8/2010.). (Minas Gerais, 1989).

Ou seja, o artigo acima somente repete o artigo 144 da Constituição da República, porém o artigo 142-A, especifica de forma mais aprofundada as missões atribuídas ao corpo de bombeiros militar e à polícia militar.

Art. 142 – A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças públicas estaduais, são órgãos permanentes, organizados com base na hierarquia e na disciplina militares e comandados, preferencialmente, por oficial da ativa do último posto, competindo:

I – à Polícia Militar, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública, além da garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural; (grifo nosso)

II – ao Corpo de Bombeiros Militar, a coordenação e a execução de ações de defesa civil, a prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio, busca e salvamento e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe;

(Inciso regulamentado pela Lei Complementar nº 54, de 13/12/1999.)

III – à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.

§ 1º – A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são forças auxiliares e reservas do Exército.

§ 2º – Por decisão fundamentada do Governador do Estado, o comando da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar poderá ser exercido por oficial da reserva que tenha ocupado, durante o serviço ativo e em caráter efetivo, cargo privativo do último posto da corporação.

§ 3º – Para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QO-PM – é exigido o título de bacharel em Direito e a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, realizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Emenda à Constituição nº 83, de 3/8/2010.)

§ 4º – O cargo de Oficial do Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QO-PM –, com competência para o exercício da função de Juiz Militar e das atividades de polícia judiciária militar, integra, para todos os fins, a carreira jurídica militar do Estado.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Emenda à Constituição nº 83, de 3/8/2010.)

(Artigo com redação dada pelo art. 9º da Emenda à Constituição nº 39, de 2/6/1999.) (Minas Gerais, 1989).

O inciso I reserva três atribuições à polícia militar, o policiamento ostensivo voltado à prevenção criminal, ou seja, o desdobramento de ações preventivas à prática delituosa. Também traz como atribuição a preservação e manutenção da ordem pública. Como citado anteriormente, esta função de preservação da ordem pública é garantidora do status de normalidade social, portanto as ações desenvolvidas, primariamente, ganham um viés preventivo, no entanto, há a previsão de ações reativas com a repressão qualificada buscando à volta da situação de normalidade.

O Decreto Federal nº 88.777 de 30 de setembro de 1983, que dispõe sobre o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200) diz que ordem pública é:

21) Ordem Pública - Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (Brasil, 1983).

Extraí-se que as relações sociais desenvolvidas na coletividade refletem o padrão jurídico a ser adotado, logo, a baliza determinante das ações desencadeadas pelo Estado, através dos seus órgãos executórios, mais precisamente, as polícias militares, é a lei em sentido amplo. Portanto toda atuação policial vincula-se aos ditames legais (Poder Vinculado). O objetivo, portanto, sempre será o bem-estar comum, refletindo na garantia de direitos individuais e coletivos.

O item 25 do referido decreto conceitua um elemento importante atinentes às missões de natureza policial militar, a perturbação da ordem, pois é neste cerne que consiste no desenvolvimento de ações, sejam preventivas ou repressivas, buscando o enfretamento a essa ruptura da ordem pública e as várias facetas que podem levar a essa perturbação.

25) Perturbação da Ordem - Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas. As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de Defesa Interna e são conduzidas pelos Governos Estaduais, contando ou não com o apoio do Governo Federal. (Brasil, 1983).

A ruptura da ordem pública não se baseia somente em práticas criminais, inclui também situações calamitosas como desastres naturais. Delineando-se este conceito, facilita o norteamento das ações desenvolvidas, principalmente as de cunho preventivo, todavia, não podendo o estado se furtar de estar preparado para agir repressivamente quando necessário. Diante dessa direção é que desdobra todo portfólio de serviços, ações e operações previstas no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais.

Além das atividades de cunho preventivo de preservação e manutenção

da ordem pública, cabe à polícia militar a garantia do exercício do poder de polícia dos outros órgãos públicos.

O policiamento montado é mais uma ferramenta de execução das atribuições constitucionais da polícia militar. O policiamento alia a alta ostensividade, devido à sua presença marcante e o emprego na atividade de manutenção da ordem pública, altamente consolidado e usual no mundo inteiro. O policiamento montado, ganha contornos modernos, alinhavados como estado democrático de direito, tornando-se de suma importância no exercício da atividade policial.

A Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (DEGEOP), que define, normatiza, e orienta o emprego dos esforços operacionais da PMMG, estabelece a Missão, a Visão e os Valores institucionais:

Missão:

(...) promover segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais.

Visão:

Sermos reconhecidos como referência na produção de segurança pública, contribuindo para a construção de um ambiente seguro em Minas Gerais.

Valores:

Representatividade, respeito, lealdade, disciplina, ética, justiça e hierarquia. (Minas Gerais, 2016).

Diante desses três fatores, a PMMG desdobra suas atribuições legais, promovendo segurança pública, buscando a excelência em sua prestação, sempre com o culto dos valores atinentes a atividade pública, mais especificamente a atividade policial militar. Para o cumprimento de sua missão, a PMMG utiliza fortemente a sua presença através do policiamento ostensivo nas ruas presente nos 853 municípios mineiros possuindo grande capacidade de articulação e mobilização devido a essa capilaridade.

O Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes encontra-se subordinado diretamente ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), juntamente com Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHQ), Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM), Companhia Independente de Policiamento com Cães (Cia PM Ind P Cães), Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGD), todas sediadas em Belo Horizonte. Essas unidades especializadas, com exceção do BPGD, compõe o terceiro esforço de recobrimento, responsáveis por dar suporte as Unidades de Execução Operacional (UEOP), com

responsabilidade territorial. Também são as forças de reação do Comando Geral, podendo atuar, em caso de alguma eventualidade, dentro de todo território de Minas Gerais, de acordo com as necessidades de emprego operacional.

São Unidades subordinadas ao Comando de Policiamento Especializado (CPE) destinadas a atuar em casos de graves perturbações da ordem, em ocorrências que extrapolem a capacidade de atendimento pelas UEOp/RPM ou exijam o emprego de técnicas especiais.

Tais Unidades, que são consideradas forças de reação do Comando-Geral, são dotadas com recursos materiais específicos (viaturas, armamento, equipamentos, semoventes e apetrechos) compatíveis com a missão, além de efetivo com treinamento especializado. Desenvolvem ações/operações táticas e de recobrimento nas situações emergentes no campo da segurança pública em todo o território mineiro, mediante acionamento do Comandante-Geral ou Chefe do EMPM. O emprego ordinário das citadas Unidades será definido pelo Comandante do CPE. (Minas Gerais, 2016).

A DEGEOP prevê o emprego específico do RCAT, seja na atuação ordinária suplementar, nas ações de choque ou em grandes eventos:

O emprego ordinário dos recursos do RCAT ocorrerá por intermédio da atuação preventiva em áreas comerciais e no acompanhamento de atividades que exijam a presença objetiva de tal modalidade de policiamento.

Poderá ser empregado em missões específicas, na capital ou interior, que indiquem a conveniência de utilização do policiamento montado em circunstâncias especiais ou extraordinárias, atuando como tropa de choque em atividades de restauração da ordem pública.

Atuará ainda em missões específicas onde haja grande concentração de público em geral, causando impacto de segurança objetiva e subjetiva, devido ao efeito psicológico causado pelo porte e mobilidade do animal, bem como no policiamento em eventos esportivos, locais abertos, zona rural, shows e outros eventos de grande concentração popular. (Minas Gerais, 2018).

A grande versatilidade do policiamento montado permite uma gama de situações nas quais este alcança altíssimos níveis de eficiência e eficácia. Portanto, a DEGEOP, valendo-se dessa versatilidade orienta diversas atividades nas quais o policiamento montado pode contribuir no cumprimento das missões institucionais.

Observa-se o perfeito enlace entre esta modalidade de policiamento e a missão atribuída pela lei. A especialização, a capacitação e o treinamento constantes aliados à disciplina tática, oportunizam a otimização das ferramentas, dentro de um sistêmico e criterioso planejamento, o policiamento montado exponencia a visibilidade policial (ostensividade) aumento a sensação de segurança subjetiva das pessoas.

No tocante a atuação da PMMG em ocupação de imóveis urbanos e rurais foi estabelecida a diretriz nº 3.01.02/2016 – CG, que regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais. Trata-se

de uma atividade alta complexidade que envolve vários atores, fatores e conjunturas. A polícia militar age conforme as determinações judiciais durante a execução de mandados de reintegração de posse. A dicotomia existente entre o direito de propriedade e questões sociais tornam esse tipo de operação muito sensível, devendo haver cautela, estrito cumprimento das leis vigentes, respeito à dignidade da pessoa humana, além da observação dos aspectos da função social da propriedade, portanto carece de planejamento criterioso e grande disciplina tática no emprego dos recursos, de forma a cumprir os mandados judiciais como mínimo de impacto possível a todos envolvidos. Para tanto, a PMMG utiliza-se de seus recursos táticos, de acordo com a necessidade (necessidade e conveniência), e com a complexidade da operação a ser desencadeada:

O emprego policial militar em ocorrências de ocupação de imóveis, seja no meio urbano ou rural, ocorrerá em conformidade com o grau de complexidade do evento e da decisão a ser tomada, levando em conta a quantidade de famílias existentes no local para a reintegração. (Minas Gerais, 2016)

Nesse contexto o emprego do policiamento montado surge como um recurso tático com grande relevância pois possibilita o emprego em terrenos nos quais há dificuldade de locomoção da tropa a pé ou motorizada, permite a utilização da desobstrução do terreno e isolamento do perímetro, impedindo que fatores externos interfiram na operação. Destacando-se também a economia de recursos a serem utilizados, tudo isso disciplinado pela prioridade do emprego dos meios, de acordo com a resistência oferecida, observados os aspectos do uso diferenciado da força:

O modelo do uso de força é um recurso visual, destinado a auxiliar na conceituação, no planejamento, treinamento e na comunicação dos critérios sobre o uso de força. A sua utilização aumenta a confiança e a competência do policial, na organização e na avaliação das respostas práticas adequadas. (Minas Gerais, 2016)

Para melhor compreensão foi elaborado o quadro abaixo que auxilia na compreensão visual do uso diferenciado da força, dentre as quais encontram-se situações de cooperação, com a simples presença policial e a verbalização ao uso da força letal, repelindo uma injusta e potencial resistência ativa através de uma agressão letal:



Quadro 1- Uso Diferenciado da Força (Minas Gerais, 2016, p.26)

A diretriz define a forma de emprego operacional, denominando a composição dos recursos táticos envolvidos como Batalhão de Incurso:

Será constituído para esta fase, o comando com denominação de BTL DE INCURSÃO, que por sua vez será estruturado em 04 (quatro) frações, com as denominações de CIAS DE CHOQUE, CIAS DE APOIO, CIA/PEL DE SEMOVENTES E CIA/PEL DE AÇÕES TÁTICAS(...). (Minas Gerais, 2016)

A atuação da tropa montada ocorre em conjunto com a tropa de choque a pé e a tropa com cães em sistema suplementar e complementar.

1.4 Cia/Pel de Semoventes

1.4.1 Será comandada por um oficial, sendo constituída por pelotões/grupos, que atuarão, respectivamente, nos setores supracitados.

1.4.2 Cada grupo será composto por policiais montados, suplementados por policiais com cães, que serão empregados na divisão do imóvel em setores, apoiando as manobras da Tropa de Choque,

1.4.3 Cada grupo terá a missão específica de ocupar pontos estratégicos, servindo de alternativa tática para o Cmt da Tropa de Incurso. Os militares montados e os militares com cães estarão armados e equipados de acordo com os respectivos Cadernos Doutrinários, ou a critério do Comandante da Operação. (Minas Gerais, 2016).

O Caderno Doutrinário 9, Manual Técnico-Profissional nº 3.04.09/2013-CG, regula a prática policial militar especial de policiamento montado na Polícia Militar de Minas Gerais, especificando as situações de emprego ordinário, especial e extraordinário, balizando parâmetros e detalhamento sobre a atividade de polícia montada no âmbito da PMMG.

1.1 Finalidade

Estabelecer procedimentos específicos objetivando o emprego de tropa montada na execução do policiamento ostensivo em todas as suas circunstâncias (ordinária, especial e extraordinária), em recobrimento às demais unidades de área, para preservação da Ordem Pública. (Minas Gerais, 2013).

Toda atividade estatal, mais especificamente a atividade policial, vincula-se à lei. O agente público no exercício de suas atribuições faz aquilo que a lei determina. A discricionariedade da atuação policial é delimitada nos contornos legais e baseia-se no mérito administrativo, oportunidade e conveniência, ou seja, executoriedade dos atos administrativos permitem ao agente público buscando como finalidade o cumprimento da missão, atuar com o recurso tático mais adequado à determinada situação. Nesse diapasão, o policiamento montado confere à polícia militar um recurso tático polivalente atuando em várias frentes da missão institucional da PMMG, traduzida em essência na prevenção, buscando um ambiente de segurança e tranquilidade pública.

2. O Emprego do Cavalo no Policiamento Montado Contemporâneo

O cavalo está intimamente ligado à história das civilizações humanas, servindo de alimento, vestimenta, instrumento de manejo de culturas agrícolas e pecuárias, meio de transporte que possibilitou a capacidade humana exploratória. Como instrumento de guerra o cavalo foi decisivo em várias batalhas. Conduziram homens à vitória, abrindo frentes, penetrando com grande velocidade as barreiras inimigas em cargas avassaladoras, destruindo a capacidade tática e organizativa do inimigo.

O cavalo também possibilitou a expansão mercantil das civilizações possibilitando o aumento do comércio a grandes distâncias e o intercâmbio cultural entre as mais longínquas civilizações. Na América Latina, foi ferramenta essencial para o aumento e consolidação dos impérios lusitanos e espanhol. No Brasil, a

exploração e expansão brasileira fora viável através dos bandeirantes, graças a capacidade dos solípedes em percorrer grandes distâncias nos mais variados terrenos e biomas brasileiros, contribuindo, sem precedentes, para a formação atual do território brasileiro.

Na prática do patrulhamento, como a própria história do RCAT e da PMMG ao longo dos 243 anos rememora, foi ferramenta determinante para impor o império das leis, garantindo a ordem pública. Todavia, com o decorrer dos anos, acompanha-se uma série de instrumentos que, paulatinamente, foram surgindo incrementando a forma da organização das civilizações humanas, mudando o modo como as pessoas se transportam, comercializam e finalmente, voltado à tônica deste trabalho como executam o policiamento.

Diante de tantas inovações tecnológicas e novos conceitos e meios, pode-se questionar se o cavalo se tornara obsoleto e ultrapassado, cabendo nos dias atuais a sua utilização para o atingimento das metas institucionais.

A resposta para este questionamento se torna óbvia diante do quanto o cavalo agrega ao modo de se fazer polícia. Apesar de sua remota história, o cavalo mostra-se uma ferramenta moderna e contemporânea, bem a adaptada a realidade e as necessidades do século atual. O cavalo é amplamente utilizado em larga escala em vários países, atuando no patrulhamento montado preventivo, em grandes eventos e no controle de distúrbio, com resultados significativos e economia de recursos financeiros, de pessoal e material.

O policiamento montado para causar o impacto visual, que pela imponência do cavalo já se mostra, exige um número menor de policiais empregado. Além disso, aliado ao fato de que uma fração menor de conjuntos montados já se torna suficiente para o apoio de uma fração a pé empregada em atividades de controle de distúrbio.



Figura 11 - Policiamento Montado em Nova York- NYPD Mounted Unit On Fifth Avenue. (NYLOVES, 2010).



Figura 11 - Policiamento Montado em Belo Horizonte. (PMMG, 2017).

Vários são os benefícios do emprego do policiamento montado em razão de sua natureza peculiar, Ferreira (2015), descreve seis motivos para a utilização do policiamento montado:

1. Alta mobilidade e baixa velocidade

O policiamento montado tem alta mobilidade associada a baixa velocidade, favorecendo a aproximação e a interação com a comunidade, diferentemente do que ocorre em viaturas motorizadas.

2. Imponência

O efeito intimidador gerado pelo policiamento montado em cidadãos mal-intencionados é muito grande, pela altivez e imponência do policial montado. Paradoxalmente, é muito comum que curiosos queiram se aproximar de patrulhas montadas pela beleza e docilidade dos animais.

3. Visibilidade

Por estar num plano elevado quando montado, o policial tem um ótimo campo de visão, ao tempo em que é percebido a relativamente grandes distâncias, prevenindo ações delituosas num grande raio de ação.

4. Estranheza positiva

Em meio ao trânsito e agitação dos grandes centros urbanos, áreas em que animais praticamente já não são utilizados como meio de transporte, o policial montado causa grande impacto e visibilidade. Essa estranheza gerada é muito positiva para aumentar a ostensividade do policiamento.

5. Força de repressão

De acordo com especialistas em policiamento montado, na ocorrência de tumultos em meio a grande aglomeração de pessoas, basta a guarnição empunhar o bastão para o controle do tumulto ocorrer, na maioria das vezes sem uso da força.

6. Variedade topográfica

O policiamento montado pode ser utilizado na areia de uma praia, na grama de um parque ou no asfalto de uma avenida. Pode atravessar canteiros e deslocar-se na contramão de uma via. Essa versatilidade é uma grande vantagem para a eficiência do policiamento. (Ferreira, 2015).

Esses seis itens relatam a forma como a utilização contemporânea do policiamento montado continua sendo eficaz e proporciona às forças policiais um instrumento potencializador da missão constitucional na promoção da segurança pública. Os itens elaborados por Ferreira (2015) serão objetos de breves comentários abaixo:

1. Alta mobilidade e baixa velocidade: Conforme Ferreira explica, essa capacidade de mobilidade do equino associado a uma velocidade baixa, comparada com a velocidade média dos veículos nos grandes centros urbanos, permite percorrer distancias maiores em relação a um policial a pé, ao passo que será mais lento que uma viatura, permitindo um contato mais estreito com as pessoas. Além disso, o cavalo encontra facilidade de circular em locais com um trânsito mais intenso se comparado a uma viatura de quatro rodas.
2. Imponência: O autor explica o binômio efeito intimidador x aproximação. No cerne do serviço policial militar, encontra-se a ostensividade e a consequente prevenção criminal. O cavalo potencializa a visualização do policial militar por todos e, portanto, possui um efeito dissuasor de uma possível conduta criminosa. A sua presença marcante também é muito perceptível a todas as pessoas, o que chama atenção para a presença objetiva da polícia militar, contribuindo para o aumento da sensação subjetiva de segurança das pessoas.
3. Visibilidade: Novamente, o autor traz um efeito dualístico do policiamento montado: ver e ser visto. O cavalo naturalmente serve de uma plataforma elevada de observação, logo, o policial montado tem uma visão privilegiada em comparação se estivesse a pé. Essa capacidade de observação permite ao policial militar antever situações que podem incorrer em risco e adotar medidas preventivas. Essa capacidade observacional pode ser muito bem explorada em grandes aglomerações de pessoas e também no patrulhamento ostensivo geral montado. Como foi falado anteriormente, o ser visto também é um fator muito importante, pois a principal característica da polícia ostensiva é ser vista e reconhecida através de seu fardamento, viaturas e símbolos característicos. Ressalta-se que além ser visto o cavalo também é ouvido quando seus cascos tocam o solo, sendo bem marcante e

característico do policiamento montado. Logo a simples presença do policiamento montado é um fator determinante na prevenção criminal.



Figura 12 - Policiamento Montado, Carnaval, Ouro Preto. (Arquivo Pessoal, 2016).

4. **Estranheza Positiva:** Como ressalta Ferreira, em meio a um ambiente urbano o cavalo se torna uma figura ímpar e por isso chama muita atenção, despertando a curiosidade e o interesse das pessoas. Além disso, o cavalo caracteriza um importante elo de aproximação comunitária, pois devida as suas características de docilidade e beleza, as pessoas acabam se aproximando atraídos pela curiosidade ou pela simples presença dos cavalos nas ruas, o que contribui para uma política de estreitamento dos laços e parceria com a comunidade que é a consumidora final dos serviços de segurança pública.



Figura 13 - Policiamento Montado Pedreira Padre Lopes, Belo Horizonte. (Arquivo Pessoal, 2017).

5. **Força de Repressão:** o autor chama a atenção para a capacidade do

policciamento montado em exercer atividades de manutenção da ordem pública. O efeito psicológico causado pelo cavalo é um fator de desencorajamento nos ânimos mais exaltados. A presença de uma tropa bem formada e adestrada, com obediência tática, demonstrando força, permite, na maior parte dos casos, a resolução dos problemas sem o emprego da força propriamente dita, mas com somente a presença da tropa montada. O emprego da tropa de cavalaria acarreta na economia de meios, dentro dessa lógica, pois evita o conflito, a exposição de policiais militares e cidadãos, evitando que outros recursos necessitem ser usados, como munições de elastômero, munições químicas entre outros. Isso também resulta em economia financeira para o estado, quando do uso dos recursos supracitados, evidentemente, que não há como mensurar a segurança das pessoas e o Estado não deve deixar de enveredar esforços na garantia da segurança da sociedade.

Sobre este aspecto ressalta-se a reportagem de 27 de junho de 2018, com o seguinte título: “Quatro ficam feridos em tumulto após lotação de festa da Copa no Mineirão”, reportagem exibida no portal Folha UOL. Nesta data, foi organizado um evento na explanada do estádio Mineirão, em um espaço para 30 mil pessoas, onde os torcedores acompanhariam uma partida da seleção brasileira durante a Copa do Mundo de 2018, na sequência, haveria um evento musical. Porém várias pessoas tentaram adentrar ao local excedendo a capacidade de lotação, nesse momento iniciou-se um grande tumulto com várias pessoas sendo pisoteadas e esmagadas. Quatro pessoas precisaram de atendimento médico. Ao visualizar o tumulto o grupamento de nove conjuntos montados, comandado pelo 1º Sgt Neto, de pronto se deslocou para o portão onde ocorria o tumulto, contendo a multidão evitando que uma tragédia maior ocorresse. A reportagem informa ainda que não houve conflito com a polícia militar.

A reportagem acima citada demonstra em situação prática o poder de resolução que um grupo de policiamento consideravelmente pequeno de policiais montados consegue agir, perante uma multidão, com eficiência, garantindo a segurança das pessoas.

6. Variedade Topográfica: Como o autor exemplifica, o policiamento montado é de fato versátil e sua adaptabilidade em diferentes terrenos amplia a sua gama de atuação. Seja em terrenos acidentados, no asfalto dos centros urbanos, nas areias das orlas marítimas, nos parques entre outros o cavalo permite uma boa mobilidade

ampliando as possibilidades de policiamento.

Contemporaneamente, o cavalo continua, assim como no passado como uma importante ferramenta aliada na civilização humana, assim como a sociedade sofre constantes aprimorações, o emprego do policiamento montado também vem se refinado e especializando-se de forma a contribuir com toda a sociedade.

O desafio da aproximação dos órgãos estatais de maneira geral e em particular das policias com a sociedade é grande. O cavalo catalisa os efeitos e facilita a aproximação, quebra a desconfiança criando laços, que são fundamentais para integração social.

Considerando que segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, a sociedade deve ser uma parceira, uma aliada na promoção da segurança pública. Portanto, qualquer meio que contribua nessa aproximação tem um significa muito importante, assim, o cavalo também agrega mais essa importante missão de interação e integração do estado e da sociedade.

3. Portfólio de Serviços

O RCAT possui um portfólio de serviços para executar suas missões. Esses serviços destinam para o cumprimento de sua missão finalística na atualidade, voltados para os empregos ordinários, especiais e extraordinários.

Além disso, há serviços de cerimonial militar voltado para o culto as tradições que remontam à criação do histórico RCCM, mantendo viva e ativa a memória do Dragões da Inconfidência.

Há também, projetos sociais, como a equoterapia e o projeto “Selando o Futuro”.

4. Policiamento Ostensivo Geral Montado

Como capitulado na DEGEOP, o RCAT é uma unidade de recobrimento dos esforços operacionais e para tanto desencadeia ações e operações de natureza ordinária, especial e extraordinária. Ordinariamente, há o emprego diário da tropa montada no policiamento ostensivo geral montado, que consiste no patrulhamento em áreas comerciais, residências, parques com grande circulação de pessoas. O emprego ordinário ocorre em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte

(RMBH) em apoio as UEOP.

Devido a fatores acima mencionados, esse policiamento é de grande eficiência e detentor de resultados relevantes na prevenção criminal e na redução dos índices criminais. No ano de 2015, 46% do tempo de empenho da tropa montada foi de apoio às UEOP sendo constatado uma redução de até 73% nos indices de criminalidade.

Neste ano foram realizadas 293 ações e operações, dentro das missões do policiamento montado, conforme mostra o gráfico abaixo:

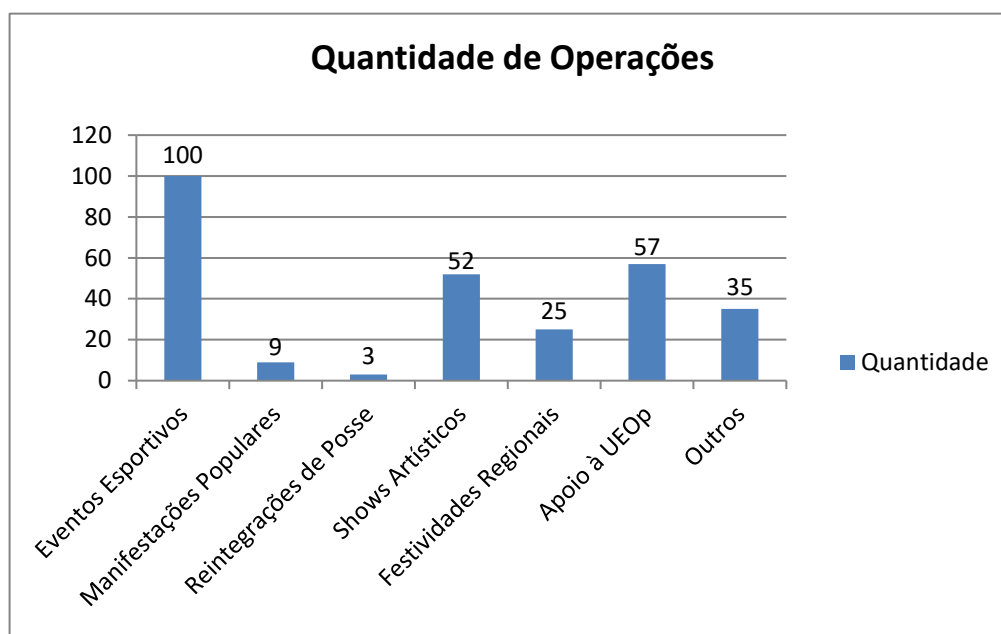


Gráfico 1 - Quantidade de operações no ano de 2015. (PMMG,2015)

No ano de 2016, foram 4.134 horas de empenho nas ruas, sendo 54,4% deste tempo em atividades de apoio às UEOP. Os índices de redução criminal foram reduzidos em média 70% nos locais de emprego.

Há uma demanda muito grande pelas UEOP's em atividades de apoio e recobrimento do policiamento montado, pois fica comprovada na prática a capacidade desta modalidade de policiamento na prevenção criminal.

5. Emprego do Cavalo em Atividades de Controle de Distúrbio e Restauração da Ordem Pública

Juntamente com o BPCHQ, Batalhão ROTAM e a CIA IND P Cães, o RCAT compões as unidades de choque da PMMG. Essas unidades são responsáveis por operações de controle de distúrbio, reintegrações de posse, controle de rebeliões

entre outros.

As ações dessas unidades ocorrem conjuntamente, na chamada sinergia dos esforços operacionais, de forma suplementar e complementar.

Para que o emprego ocorra de forma otimizada, o aperfeiçoamento e o treinamento diário é de suma importância, considerando, ainda mais, a peculiaridade do cavalo que deve estar adestrado e habituado a agir sob a influência de estímulos que não lhe são peculiares, causando-lhes estranheza. Uma tropa bem treinada, com obediência tática, e sincronia, é uma ferramenta que garante o sucesso das operações de controle de distúrbio com o mínimo de impacto social possível.

O emprego dessa natureza pode ocorrer em todo estado de Minas Gerais de acordo com a necessidade e a conveniência dos esforços operacionais.

6. Policiamento em Praças Desportivas e Grandes Eventos

Outra forma de emprego operacional é o policiamento em praças desportivas e grandes eventos, como show artísticos e manifestações culturais.

O RCAT empregou seus recursos nos últimos grandes eventos sediados no Brasil, como a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No ano de 2015 foi realizado o policiamento em 100 eventos de natureza esportiva e 52 eventos artísticos e culturais. Em 2016 foi realizado o policiamento montado em 111 eventos esportivos, além de eventos culturais e artísticos.

Chama a atenção o emprego operacional durante as festividades carnavalescas, que demandam um enorme esforço operacional de toda a PMMG. O emprego ocorre em vários municípios mineiros nos quais ocorrem uma grande concentração de foliões, como Ouro Preto, Mariana, Abaeté, Pompéu, Pedro Leopoldo, Esmeraldas, Itabira e também na capital. No ano passado, o esforço operacional do RCAT restringiu-se a cidade de Belo Horizonte, devido ao crescimento exponencial do número de foliões. Segundo dados da prefeitura, exibidos na reportagem do jornal Estado de Minas em 20 de fevereiro de 2018, o carnaval de 2018 contou com a participação de 3,8 milhões de pessoas tornando-se o segundo maior evento carnavalesco do país. Em relação aos números da segurança pública a reportagem aponta uma redução de 31% nos crimes violentos e 30% nos crimes de furto, em relação ao ano anterior conforme divulgado pela PMMG.

A tendência é que esse público seja superado no ano de 2019 e Belo Horizonte se torne o maior evento de carnaval do Brasil. Portanto, o policiamento montado é de extrema importância neste período contribuindo para a segurança dos foliões e o sucesso do evento.

7. Cerimonial Militar

Como forma de homenagear os heróis do passado e manter viva as tradições do início da história do RCAT e da PMMG, o regimento mineiro mantém as missões de cerimonial militar, nas diversas atividades da PMMG e sociais. Os Dragões da Inconfidência, remontam à tropa de Dragões chegados ao Brasil em 1719 (Cotta, 2016). Carregam em si a memória dos inconfidentes que um dia lutaram por liberdade no Brasil. As atividades variam entre as Alas de Dragões, desfile montado, escolta de autoridades, postos fixos, câmara ardentes entre outros. Destacam-se as atividades de posse do governador de Minas Gerais com a posse em 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, a entrega da medalha dos inconfidentes em 21 de abril de cada ano na cidade de Ouro Preto.



Figura 14 - Ala de Dragões da Inconfidência. (Nepomuceno, 2018).

8. Centro de Equoterapia do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes

Em funcionamento desde 1995 o Centro de Equoterapia do Regimento de

Cavalaria Alferes Tiradentes (CERCAT), atende os chamados praticantes de forma gratuita em um tratamento que duração de 24 meses.

A metodologia ali o contato do praticante com o cavalo, que auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais, psicomotoras de pessoas com necessidades especiais. O CERCAT conta com uma gama de profissionais de fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia, para atender o público.

Diante da alta demanda há a necessidade de uma fila de espera para que o praticante possa ser atendido, atualmente, segundo dados da Associação Feminina de Assistência Social e Cultura (AFAS) já foram realizados mais de 60.000 atendimentos e, atualmente, há uma fila de espera aproximada de 900 pessoas. Recentemente o CERCAT ganhou uma cobertura, fruto de uma grande mobilização social para construção, possibilitando o atendimento nos dias de chuva e de sol forte, possibilitando também o aumento da capacidade de atendimento.



Figura 15 -- Equoterapia CERCAT. (PMMG, 2018).

9. Projeto Selando o Futuro

O projeto Selando o Futuro ocorre no RCAT desde o ano de 2017, ano da formatura da primeira turma e tem como objetivo formar e capacitar jovens para a profissão de tratadores de cavalos habilitados a atuarem nesse mercado de trabalho. O público alvo trata-se de jovens carentes entre 16 a 18 anos.

O projeto se justifica como forma de oportunizar uma formação profissional a esses jovens capacitando-os ao primeiro emprego. Mais que ensinar aos jovens uma

profissão, eles são inseridos no ambiente da caserna onde eles têm a oportunidade de internalizarem valores típicos da profissão policial militar, como organização, ética, respeito, disciplina, lealdade e camaradagem.

O curso é composto das seguintes disciplinas hipologia/ primeiros socorros de equinos, noções de equitação, ordem unida e trato com o cavalo, totalizando um total de 130 horas aulas.

No ano de 2018, foram ofertadas 21 vagas e a duração do curso e de 11 de setembro de 2018 a 06 de dezembro de 2018.

10. Curso de Policiamento Montado

O RCAT oferece como forma de especialização para atuar no policiamento montado o Curso de Policiamento Montado (CPMON), condição necessário para que o policial militar possa atuar de fato na execução dessa modalidade.

O curso tem uma duração de 10 semanas e conta com as disciplinas de hipologia, equitação I, II e III, técnica policial montada, embarque e desembarque de equinos, ordem unida, operações de controle de distúrbio, metodologia para o emprego do policiamento montado dentre outras.

11. Esportes Equestres

A equitação acadêmica é a base da equitação utilizada na atividade policial militar montada, portanto é de suma importância para o bom desenvolvimento das atribuições do RCAT.

A equitação acadêmica é fomentada e incentivada entre os integrantes do regimento como forma da manutenção da higidez física e psicológica, através dos atributos da área afetiva proporcionada pelo esporte com o cavalo e da integração social.

A atividade de representação desportiva também é de suma importância como forma de aproximação e estreitamento de laços com a comunidade. Portanto, a equitação acadêmica proporciona mais que habilidades necessárias à execução da atividade fim, mas uma forma de integração sem precedentes, com outras instituições e com a sociedade em sentido amplo.

CONCLUSÃO

Falar do Regimento de Cavalaria não é simplesmente falar de uma unidade de execução da missão institucional da Polícia Militar de Minas Gerais. Este nome ganha contornos maiores e amplos, pois sua história se confunde com a história da própria PMMG e como peça importante na formação do estado de Minas Gerais. O Regimento Regular de Cavalaria de Minas, Célula *Matter* da PMMG, nascedouro da mais antiga Polícia Militar do Brasil, herdeiro das tradições dos heróis do passado, responsável pelo culto de tradições imensuráveis à memória mineira.

Portanto, o RCAT é mais que simplesmente um recurso tático, é na verdade, patrimônio brasileiro e especialmente de todos os mineiros. O RCAT é parte palatável da construção da identidade brasileira, por este regimento passaram mártires, heróis, conhecidos como o bravo herói Tiradentes, mas também passaram diversos heróis anônimos que labutam na constância diária em prol de uma sociedade melhor. Homens e mulheres que se dedicam a servir e proteger, mesmo que com o sacrifício da própria vida, afastando-se de suas ambições pessoais em desprendimento da sociedade. Faça chuva ou faça sol, onde quer que a missão apareça, nos mais distantes rincões, a qualquer tempo, é certo que cada militar honrado estará pronto, juntamente com o nobre amigo cavalo, ávido por cumpri-la.

Apesar de ser guardião da rica história passada ao longo desses 243 anos, desde a fundação de sua sede, em Cachoeira do Campo, distrito à época de Vila Rica, atual Ouro Preto, O RCAT continua concatenado com o presente, com a visão voltada para o futuro e comungando da Missão, Visão e Valores da PMMG e também busca ser reconhecido como referência nas prestação de serviços públicos, contribuindo com um ambiente seguro em Minas Gerais (Minas Gerais, 2016).

O Regimento de Cavalaria mantém viva e ativa a chama dos incondidentes, pois como qualquer grande instituição sabe a importância do culto à sua história e mais ainda, sabe que tudo que se passou ao longo de quase dois séculos e meio são alicerces fortes das bases institucionais da PMMG. A labuta é diuturna, a busca incessante dos sonhos de “Liberdade Ainda que Tardia” (*LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN*) move cada militar na busca da concretização dos direitos, das garantias e liberdades humanas, carregando a certeza de um futuro nobre à nação brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AFAS. **AFAS PROMOVE CAMPANHA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA EQUOTERAPIA.** 2017. Disponível em:

<<http://aspra.org.br/site/index.php/eventos/eventos-gerais/item/1665-afas-promove-campanha-solidaria-pela-democratizacao-da-equoterapia>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para Polícias Militares e Corpos de Bombeiros (R-200).** Brasília, D.O.U. de 4.10.1983.

COSTA, Ana Paula Pereira. **A atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)** Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2006. xiv, 150f.; 31cm

COTTA, Francis Albert, **PELA LEI E PELA GREI: a célula mater da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: O Alferes, v. 24, n. 65, 2010. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/28>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

COTTA, Francis Albert. **PARA ALÉM DA DESCLASSIFICAÇÃO E DA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS: ORGANIZAÇÃO MILITAR NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII.** Mneme: Revista de Humanidades, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-23, ago. 2000. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ESTADO DE MINAS: **Carnaval de BH tem meta de crescer 20% e virar a maior festa de rua do país.** Belo Horizonte, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/02/20/interna_gerais,938786/carnav>

al-de-bh-tem-meta-de-crescer-20-e-virar-a-maior-festa-do-pais.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2018.

ESTADO DE MINAS: Com disciplina militar, 323 cavalos ajudam PMs na vigília das ruas de BH. Belo Horizonte, 04 abr. 2011. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/04/04/interna_gerais,219444/com-disciplina-militar-323-cavalos-ajudam-pms-na-vigilia-das-ruas-de-bh.shtml>. Acesso em: 08 set. 2018.

FERREIRA, Danillo; CHASTINET, Adriano; SARDINHA, Carlos. **6 motivos para a utilização do Policiamento Montado.** 2015. Disponível em: <https://jolygram.com/profile/papamikebrasil/photo/1792336744872832916_7411286655>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO: **QUATRO FICAM FERIDOS EM TUMULTO APÓS LOTAÇÃO DE FESTA DA COPA NO MINEIRÃO.** Belo Horizonte, 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/06/quatro-ficam-feridos-em-tumulto-apos-lotacao-de-festa-da-copa-no-mineirao.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FOTOS ANTIGAS DE BELO HORIZONTE. **Fotos antigas de Belo Horizonte,** 2018. Disponível em: http://https://m.me/FotosAntigasDeBeloHorizonte?fbclid=IwAR1TDr5o_-ue5gNITjVXuBWCWWpTQDoKil5NiSCuFbpP2AjGqJFqXMBwh0c>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Gomes, Diego Veloso. **Dos corpos militares no território do ouro [manuscrito]: a composição da força militar nas minas e capitania de Goiás (1736-1770).** 2013. 181 f.: il.

JAMES. **Embarque da Corte Portuguesa rumo ao Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://imperiobrazil.blogspot.com/2010/05/dom-joao-vi.html>>. Acesso em: 11 jun 2018.

MINAS GERAIS, **Constituição, 1989. Constituição do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. Polícia Militar de Minas Gerais. **HISTÓRICO DO REGIMENTO DE CAVALARIA.** Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/cpe/conteudo.action?conteudo=4988&tipoConteudo=subP>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar de. Intervenção Policial, Verbalização e Uso de Força**
MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** 2. ed. rev. Belo Horizonte: Comando-Geral, 3a Seção do Estado-Maior da PMMG, 2016.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz Nº 3.01.02/2016CG: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais.** 2ed. Rev. Belo Horizonte, 2016. 53p

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz Nº 3.01.02/2016-CG:** Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais. 2ed. Rev. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **MANUAL TÉCNICO-PROFISSIONAL Nº 3.04.09/2013-CG: Regula a Prática Policial Militar Especial de Policiamento Montado na Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: PMMG – Comando-Geral, 2013. 96 p.: il. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2010.

MINAS GERAIS. **Centro de Equoterapia do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes - CERCAT.** 2018. Polícia Militar de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/cpe/conteudo.action?conteudo=4989&tipoConteudo=subP>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar de Minas Gerais, movidos pelo orgulho de servir e proteger Minas Gerais**. 2016. Polícia Militar de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BL818KiBC_D/?hl=pt-br&taken-by=pmmg.oficial>.

Acesso em: 28 ago. 2018.

NEPOMUCENO, Nelmar. **Os Dragões da Inconfidência**. 2018. Disponível em: <<http://www.nelmarnepomuceno.com.br/2018/01/18/os-dragoes-da-inconfidencia/>>.

Acesso em: 06 ago. 2018.

NYCLOVES. **Mounted Police NYPD**. Disponível em: <<http://nyclovesnyc.blogspot.com/2010/10/new-york-police-departments-10-foot.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Scarato, Luciane Cristina, **Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)** / Campinas, SP: [s. n.], 2009.

SILVA, Luiz Geraldo: **GÊNESE das Milícias de Pardos e Pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Revista de História, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n169/0034-8309-rh-169-00111.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SOCIEDADE POLICIAL. **HISTÓRICO DO REGIMENTO DE CAVALARIA**. 2012. Disponível em: <<https://sociedadepoliciaibhz.wordpress.com/2012/03/09/comando-de-policamento-especializado-regimento-de-cavalaria-alferes-tiradentes/>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

Vieira, Fábio Antunes. **De Policiais a Combatentes a PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX**. 2007. 133 f.; il.

WIKIPEDIA. **Regimento Regular de Cavalaria de Minas**. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento_Regular_de_Cavalaria_de_Minhas>. Acesso em: 11 ago. 2018.